

EDITORIAL

Este número da revista do Instituto Meira Mattos é publicado em um momento de grande importância histórica em que a Nação se insurge constitucionalmente contra consequências da maléfica distorção do chamado presidencialismo de coalizão, que levou o País para os descaminhos que vimos testemunhando há alguns anos. Esses desvios vêm sendo escancarados pelas ações do ministério público e da polícia judiciária, coordenados pela justiça de primeira instância, a operação Lava Jato, e pelo penoso processo de impeachment.

Sente-se que se abrem oportunidades para a sistemização de correções da administração do Estado e do modo pelo qual vem evoluindo a cultura brasileira no campo dos valores da nossa ética e da moral. Com isso em mente, propomos que a leitura dos artigos que se seguem tenha, além da motivação costumeira de cada leitor, também o enfoque de como os temas podem ser aplicados sistemicamente na exploração dos novos caminhos que se oferecem nesta quadra da democracia brasileira. A Geopolítica – a ciência e arte que consagraram o patrono do instituto – poderia ser uma boa parceira nesse exercício de vislumbrar o aproveitamento das grandes linhas dos assuntos apresentados pelos autores.

Ora, sabemos do papel a ser desempenhado pela Geopolítica como instrumento para o exercício da gestão do Estado e do progresso ético e moral da Nação, dado que ela surgiu para ajudar a sistematizar o emprego da integração de todos os ramos da Geografia (humana, econômica, política etc.) no planejamento e condução política do Estado.

A Geopolítica nos mostra que existe um sistema de base geográfica interagindo com outros sistemas de cunho político, econômico, psicossocial, informacional, militar e científico & tecnológico favoráveis ou hostis ao poder que a emprega. A arte do estadista consiste em (1) gerir a estratégia nacional com vista no futuro, atento às consequências atuais daquela interação e às tendências geopolíticas que elas induzem, (2) preparar o País para explorá-las e (3) dirigir a exploração.

As estratégias de exploração abrangem o aproveitamento das tendências favoráveis e das oportunidades embutidas nas tendências desfavoráveis. Daí terem de estar adequadas permanentemente à

geopolítica da qual derivam e à dinâmica daquelas interações. Assim devem ser elaboradas e executadas as estratégias de segurança e desenvolvimento. Isso inclui a construção, fortalecimento e consolidação de uma vontade nacional resultante de sólida crença na relevância do Estado.

A vontade nacional está na linha direta da cultura da Nação, mormente dos valores da ética e da moral. Qualquer esmaecimento dos valores éticos repercute em um relaxamento das avaliações morais, logo refletido na leniência com comportamentos inaceitáveis e, por extensão, no esgarçamento da vontade nacional, que nos parece ser o caso brasileiro ora em depuração.

Aos brasileiros em geral e aos novos dirigentes políticos cabe atentar para o fenômeno e controlá-lo nos níveis pessoal e coletivo. Para os militares, outra atitude básica é cerrarmos fileiras em torno dos comandantes das Forças. Isso é dever de subordinados e camaradas, manifestação de espírito de corpo puro, respaldo anímico e prestigioso, indispensável para respaldar os chefes nas suas relações interinstitucionais e para fortalecimento do próprio ministério da Defesa.

Ademais, país moralmente flácido – no que vínhamos nos tornando – e com poder de defesa incompatível com suas necessidades e anelos soberanos, não persuade nem dissuade. Parodiando Montesquieu, conta, apenas, com “o maior bem possível” que os fortes decidam lhe fazer, “sem prejudicar genuínos interesses deles”. Afagos dos mais poderosos estão nessa linha de raciocínio. Ninguém se alia aos fracos.

Soberania, quando bravateada pelos fracos, é um conceito que tende a ser simples desejo, provisória e convenientemente tolerado pelos fortes, na medida dos seus interesses. Essa verdade precisa ser entendida, com auxílio da análise geopolítica, pelos delegados da soberania, do poder e da autoridade populares, para responderem eficazmente a essa delegação. Caso contrário, poderão ser responsabilizados pela história, diante de qualquer perda de soberania.

A ordem mundial em contínua construção pode estar sendo arquitetada pelas potências centrais para reerguer a mesma governança mundial que se desfez com a desmoralização da ONU e dos órgãos

EDITORIAL

financeiros internacionais gerados em Bretton Woods, respectivamente na conta (1) das duas guerras do Golfo, dos pólos internacionais de terrorismo, das múltiplas guerras civis separatistas, das decisões monocráticas de intervenção internacional e (2) da persistente crise econômica mundial. O país que ignorar as tendências geopolíticas que se manifestam continuamente estará condenado a ser um eterno emergente nesse ordenamento. Por exemplo, o erro de ignorar, por tacahez ideológica, a crescente preeminência da bacia do Pacífico pode ser letal para nossos objetivos nacionais, caso não seja corrigido com alta prioridade. Outros casos a resolver: há que escapar da fantasia dos BRICs, apenas uma sigla; do peso de arrasto em que se transformou o Mercosul; e das falácias ideológicas.

Boa leitura, caro leitor. Durante ela, exercite a flexibilização da sua inteligência e criatividade, procurando constatar como os temas dos artigos desta edição podem ser amplificados e adaptados para uma grande Geopolítica de “Ordem e Progresso”.

GEN EX ALBERTO MENDES CARDOSO
EDITOR DA COLEÇÃO MEIRA MATTOS